



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 7 DE SETEMBRO DE 1997

Pelo terceiro ano consecutivo, nós dedicamos o dia 7 de setembro aos direitos humanos. Há dois anos, iniciamos uma mobilização nacional pela defesa dos direitos das brasileiras e dos brasileiros, das crianças e dos idosos, dos desfavorecidos, dos excluídos, dos discriminados e dos que sofrem violência.

Hoje, mais uma vez nos reunimos, para avaliar o caminho que já percorremos. Mais do que isso, para traçar planos novos e mais ambiciosos.

Os direitos humanos são uma dimensão essencial do Brasil novo que estamos construindo. E hoje, no dia da nossa Independência, gostaria de começar com algumas palavras sobre o País que queremos, sobre o nosso projeto de Brasil.

Em meio a transformações tão intensas quanto as que ocorrem em todas as partes do mundo, como não poderia deixar de ser, também em nosso país, muitos têm dificuldades em perceber, com clareza, o caminho que estamos seguindo e aonde queremos chegar.

Outros buscam, sem êxito, entender o nosso percurso com os olhos do passado, que pouca serventia terão para enxergar o terreno novo em

que nos movemos. Alguns falam em neoliberalismo, enquanto outros deixam-se trair pela nostalgia de um Estado onipresente.

Mas a história não volta atrás. Os que não conseguem ver à frente, estes, sim, ficarão para trás.

O Brasil sempre foi o País do futuro. Esse futuro, nós estamos construindo agora. O País, hoje, acredita em si mesmo. Não é crença que vem de ilusão ou de falsas promessas. É confiança que vem de que sabemos que estamos no caminho certo, que podemos, de novo, planejar e sonhar com um dia melhor para os nossos filhos.

Este projeto tem um alicerce sólido, apoiado em três vigas mestras. Primeiro, a estabilidade da economia, sem a qual não vamos chegar a lugar algum. Sem o Real, teríamos continuado a rodar em falso e a alimentar um sistema perverso, que retirava dos pobres para dar aos ricos.

Depois, o crescimento. O Brasil tem que crescer de modo contínuo e sustentável, para poder gerar riquezas e empregos. Estamos nos preparando para um novo ciclo de crescimento, ao reformar a nossa economia e modernizar a infra-estrutura econômica e social com o Brasil em Ação.

Por fim, temos que gerar mais e melhores empregos. O mercado de trabalho é o centro da disputa no tabuleiro mundial. Não são mais matérias-primas, vantagens geopolíticas, nem mesmo a ciência e a tecnologia, que acirram o conflito entre os Estados. É a capacidade de gerar empregos e de elevar os salários a patamares cada vez mais altos.

Essa é a fisionomia nova de um mundo marcado pelo estranho paradoxo de que os filhos trabalham, enquanto os pais nem sempre encontram emprego. Estabilidade, crescimento e emprego são as condições para podermos consolidar e acelerar uma nova estratégia de desenvolvimento, que saiba reconciliar crescimento com melhoria social, eficiência com igualdade, produção com a preservação do meio ambiente.

É com base nesse alicerce firme que vamos completar as grandes transformações, nas instituições e nas relações sociais, que nos estão levando a um país mais próspero e mais justo, como todos queremos.

Quais são essas transformações? Primeiro, reconstruir o Estado. Não se trata, aqui, do falso dilema entre Estado grande ou pequeno. De um

lado, o Estado que pode tudo, resquício de diferentes matizes de totalitarismo. E, de outro, o Estado mínimo, imaginado por um ingênuo liberalismo.

Na verdade, precisamos de um Estado forte, frente aos interesses privados e corporativos. De um Estado eficiente, capaz de executar decisões políticas, como de prestar serviços de qualidade. De um Estado transparente e descentralizado, para dar um xeque-mate às formas insidiosas de clientelismo, herança de um passado que naturalizou favores feitos com recursos públicos, em troca de benefícios próprios e de corrupção. De um Estado movido por claras prioridades, capaz de apoiar os setores estratégicos na economia, assim como direcionar os seus serviços para os que deles mais necessitam, ao invés de aos mais ricos, como sempre foi. De um Estado que não impõe, nem faz tudo, mas estimula parcerias e participação.

Em segundo lugar, precisamos mover um combate sem trégua à desigualdade e à pobreza. Todos nós sabemos que o mercado deixado à sua sorte tende à concentração e não à distribuição de riqueza. Por isso, precisamos de um modelo econômico capaz de gerar crescimento, com redução da desigualdade, como vem fazendo o Real, associado a uma revisão das políticas públicas ineficazes, que combine o atendimento a todos e seja capaz de atender a setores específicos em que se encontram os mais desfavorecidos.

É o que estamos buscando fazer na educação, na saúde, na moradia, no saneamento. A tarefa é gigantesca, mas é possível. Sobretudo, é necessária, para assegurar oportunidades a todos.

As políticas universais públicas têm de ser complementadas por um esforço concentrado em favor dos bolsões de pobreza e dos desassistidos. É o objetivo do Programa Comunidade Solidária.

Por fim está o compromisso cotidiano, consciente, continuado e determinado pelos direitos humanos.

Não existe liberdade, onde impera a violência. Não há democracia, onde prevalece a discriminação. Não se constrói a igualdade, onde segmentos expressivos da população são excluídos da participação das riquezas, da cidadania política ou do saber.

Nosso compromisso com os direitos humanos não vem apenas da indignação crescente da sociedade contra a violência e a discriminação, nem tampouco do fato de que os que hoje estão no Governo têm uma trajetória de vida que se confunde com as causas que aqui defendemos, como José Gregori, que nomeei para a recém-criada Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, mas vem da convicção de que os direitos humanos constituem um elemento nuclear do País que nós queremos que seja e que estamos construindo.

Essa sintonia entre sociedade e Governo em torno de uma causa comum trouxe resultados expressivos. Nos dois últimos anos, muito foi feito pelo País afora. Daniela Mercury, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Renato Aragão e tantos outros chamaram a atenção da população para o abuso sexual de menores. A imprensa fez a sua parte. As reportagens sobre a prostituição infantil, em vários estados, suscitaram indignação e exigiram ação. As parcerias se multiplicam. O Conselho da Comunidade Solidária desenvolve ação infatigável em busca de novos caminhos. As organizações da sociedade e as entidades religiosas estão dando uma contribuição imensa às causas, que são de todo o País. A Pastoral da Criança, conduzida com devotamento e eficiência pela Doutora Zilda Arns, a quem presto homenagem neste momento, vem realizando, em parceria com o Governo, obra inestimável. Onde atua a Pastoral, a mortalidade infantil caiu pela metade.

A preparação do Plano Nacional dos Direitos Humanos, colocada nas mãos competente de Paulo Sérgio Pinheiro, ensejou essa intensa participação dos mais expressivos setores da sociedade.

Os empresários não faltaram ao convite para patrocinar o prêmio dos direitos humanos, que distinguiu brasileiros ilustres que têm ampla folha de serviços em favor dos desprotegidos. A Comissão dos Desaparecidos está por encerrar os seus trabalhos, para, assim, virar a página do último capítulo de um período sombrio de nossa história.

O trabalho legislativo é intenso. No plano da segurança e do combate à violência, apenas para destacar um deles, sancionei a lei que transfere da Justiça Militar para a Justiça Comum os crimes dolosos contra a

vida, praticados por policiais militares, a lei que tipifica crime de tortura e a lei contra o porte ilegal de armas.

Nesta semana, enviei ao Congresso projeto preparado pelo Ministro Iris Rezende, de emenda constitucional, sobre a modernização da Segurança Pública e criei a Secretaria Nacional de Segurança. Estou propondo o projeto de lei sobre a assistência de testemunhas ameaçadas e sobre a redução de pena para os que colaborem com a Justiça.

Mas, não ficamos só aí. Aprovamos o Estatuto dos Refugiados, um testemunho da solidariedade dos brasileiros para com os que sofrem uma das violentas forma de exclusão, em várias regiões do mundo. E obtivemos o apoio do Congresso à lei do rito sumário, que está permitindo uma aceleração, sem precedente, na reforma agrária, uma das realizações mais expressivas deste governo.

A luta contra a impunidade trouxe até agora, ao mesmo tempo, avanços e frustrações. No que se refere a Eldorado dos Carajás, a instrução criminal está praticamente concluída e o julgamento poderá realizar-se no final deste ano ou no início de 1998. No caso da Candelária, os policiais envolvidos já foram julgados ou aguardam julgamento e alguns já foram condenados. Em relação à morte de Chico Mendes, graças à ação da Polícia Federal, os assassinos estão presos e cumprindo pena. Mas, em outros casos, a lentidão na punição dos culpados ofende o senso de justiça de todos nós.

Não terei sossego – e, como eu, a grande maioria dos brasileiros –, enquanto responsáveis por crimes tais, como o massacre de Corumbiara ou, mais recentemente, o assassinato do índio pataxó, Galdino dos Santos, não receberem punição exemplar.

Hoje, temos uma bússola a nos guiar: o Plano Nacional dos Direitos Humanos, em cuja elaboração o Brasil foi um dos primeiros países. Mas não basta sabermos o que temos que fazer. É preciso fazer mais.

De tudo que foi realizado, a retirada das crianças do trabalho em condições inapropriadas ou de insalubridade reveste-se, para mim, de um significado particular. Essas crianças trabalhavam nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, nos canaviais de Pernambuco, nas culturas de sisal da Bahia. Elas são filhas da exclusão. E estariam destinadas à exclusão,

se não fosse a nova postura do País e o mutirão que está sendo feito para dar a cada uma delas uma carteira escolar e um futuro.

A tarefa não foi fácil. A fiscalização em lugares ermos e de difícil acesso teve de ser repetida várias vezes. E não teria êxito, não fosse a determinação da Doutora Rute Beatriz Vasconcelos Vilela, Secretária de Fiscalização do Ministério do Trabalho. A conscientização dos pais e da comunidade para o cadastramento das crianças e para a concessão da Bolsa Criança Cidadã só foi possível pela obstinação da Doutora Lúcia Vânia e de sua equipe da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, que chegou a instalar-se em canaviais de Pernambuco para assegurar a implantação do programa.

Por fim, as crianças não teriam acesso às salas de aula, se o Ministério da Educação não tivesse agido de forma rápida e efetiva para ampliar escolas, reformar salas de aula, criar períodos extras de lazer, de recreação nos fins de semana, de modo a atender a uma súbita demanda de novos alunos. Tudo isso, com a cooperação e parceria de estados e municípios, com organizações não-governamentais e, mais recentemente, com os empresários, como os dos canaviais de Pernambuco, que aceitaram subscrever um pacto contra o trabalho infantil.

O resultado está aí. Em um pouco mais de um ano, cerca de 30 mil crianças – 30 mil crianças – foram retiradas do trabalho e colocadas na escola. Isso é apenas um começo, pois sabemos que algumas dezenas de milhares de crianças ainda trabalham em condições inadequadas pelo Brasil afora. Mas é um começo significativo. Houve determinação, integração de esforços e dedicação.

Temos boas razões para ter orgulho do trabalho realizado e para estender nossos agradecimentos a todos os que contribuíram para esse resultado.

A presença dessas crianças, aqui, mostra do que somos capazes, reforça a confiança para seguirmos adiante, nos credencia a projetos mais ambiciosos.

Hoje, 91% das crianças em idade escolar freqüentam as salas de aula. Diga-se, de passagem, que, nos Estados Unidos, são 95%. Na França, por aí. Na Coréia é que se chegou a 99%. Aqui, 91% das crianças fre-

qüentam as salas de aula. Entretanto, 2 milhões e 700 mil crianças ainda estão fora da escola. Se conseguimos retirar essas crianças do trabalho nas carvoarias e canaviais, enfrentando todo tipo de dificuldades, por que não seríamos capazes de colocar todas as crianças nas escolas? Por que não poderíamos, então, aceitar desafios que nos lançam a cada instante? Daniela Mercury é um símbolo desse protesto, dessa busca de que se coloquem as crianças na escolas.

Eu creio que podemos. Estou convencido de que devemos. Sei que é uma meta ambiciosa e de difícil execução. Antes, muitos já tentaram e não conseguiram. Mas sei também que o trabalho empreendido pelo Ministro Paulo Renato, com visão e competência, já preparou o terreno. O censo realizado pelo MEC – Ministério da Educação com o IBGE permite saber, hoje, com mais precisão, quantas crianças estão matriculadas, quantas estão fora da escola e em que regiões. O Fundo de Valorização do Magistério vai gerar as condições para remunerar melhor os professores e para aprimorar a qualidade do ensino. A mais ampla distribuição do livro didático e a revisão do seu conteúdo, além do projeto inovador que é a TV Escola, oferecem orientação pedagógica às escolas. O Programa de Aceleração, destinado a alunos com atraso em relação à sua idade, ajudará a inserção ou a reinserção da criança na escola.

Muito já foi feito, e não nos falta a determinação. Aceito o desafio de colocar todas as crianças brasileiras na escola até o fim do meu governo. Tenho ciência das dificuldades. Sei que, talvez, não consigamos atingir a meta em sua plenitude. Mas tenho a confiança de que poderemos fazer muito, e temos o dever de tentar.

Mas não posso aceitar esse desafio sozinho. Nem tudo depende do Governo. É preciso que todos, mas todos mesmo, ajudem. Primeiro, os pais e os professores. Depois, os prefeitos e os líderes comunitários, os governadores, como muitos já o fazem – Brasília é um caso em pauta –, entidades da sociedade e empresários, enfim, todos os que acreditam no futuro deste país, pois o futuro está na escola.

O Governo dará o exemplo e fará a sua parte. Estou pedindo ao Ministro Paulo Renato que me apresente, até o final deste mês, um

plano sobre a implantação desse projeto, sobre a mobilização do Governo e a montagem das parcerias, sobre os recursos necessários.

O Governo vai trabalhar dia e noite para que as crianças não trabalhem mais. As crianças que aqui estão são o símbolo do País que queremos ser: um Brasil mais justo e mais solidário, um Brasil de oportunidades, efetivamente, para todos. Elas são uma demonstração do que podemos fazer, quando queremos. São o testemunho de um Brasil que recuperou a capacidade de escolher o seu futuro e de sonhar. E o nosso sonho é retirar as crianças da rua e do trabalho. O lugar da criança é na escola, como bem diz a frase que ganhou o prêmio deste ano: “Brasil educado, caminho de um mundo mais justo.”

Se as próprias crianças clamam por um Brasil educado, por que nós não devíamos reafirmar que o lugar da criança é na escola? Não teremos desculpas, perante as próximas gerações, se não aproveitarmos este momento.

No dia 7 de setembro, quero que o Grito de Independência seja dado pelas crianças, pelo seu direito à escola, a oportunidades e a um futuro melhor.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras. E muito obrigado a vocês, crianças, que estão aqui, que sabem da dureza da vida num trabalho e que sabem que lugar de criança é mesmo na escola.